

RESUMO

A presente tese aborda as contribuições de Waldemar Ferreira de Almeida nos processos de implementação de marcos regulatórios para os agrotóxicos e da institucionalização da toxicologia no Brasil. Almeida foi um médico que atuou na área da toxicologia de pesticidas entre as décadas de 1940 e 1980. A maior parte de sua trajetória profissional ocorreu no Instituto Biológico de São Paulo (1939-1981), tendo atuado também como professor na Faculdade de Ciências Médicas na UNICAMP (1981-1991). Concomitantemente, Almeida foi convocado na condição de especialista para participar de fóruns nacionais e internacionais que debatiam a regulação dos agrotóxicos; organizados, respectivamente, pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Sua atuação profissional ocorreu em contexto interno de ditadura militar (1964-1985), que tinha na expansão do emprego dos pesticidas uma peça importante de seu projeto desenvolvimentista, e externo de emergência de movimentos ambientalistas, contrários ao uso destas substâncias à medida que a visibilidade dos impactos ao ambiente e à saúde ampliava-se. Almeida procurou se colocar como um mediador entre as ciências e a política, utilizando a toxicologia como árbitra das disputas entre posições que defendiam maiores restrições ao emprego dos agrotóxicos e aquelas resistentes a qualquer forma de controle, buscando delimitar parâmetros para o "uso seguro" dessas substâncias. Sua trajetória, portanto, é analisada como via de acesso privilegiada para compreender porque (e como) toxicólogos conseguiram ocupar a posição de especialistas autorizados a atuar na regulação dos agrotóxicos e quais foram os dilemas que enfrentaram nas decisões a serem tomadas. As principais fontes utilizadas nesta tese foram documentos existentes no “Fundo Waldemar Ferreira de Almeida” do Centro de Memória do Instituto Biológico – complementados por pesquisas nos acervos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Casa de Oswaldo Cruz e em acervos digitais de jornais e da OMS.